



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Senhor Alberto Fraga)

Requer informações do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, acerca de gravíssimo vazamento no âmbito de inquérito da Polícia Federal com potencial de prejudicar as relações internacionais do País com o Paraguai, inclusive no âmbito da segurança pública.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro, após deliberação desta Comissão, e ouvida a Mesa, seja encaminhado Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o pedido de informações abaixo.

A teor do art. 32, XVI, “d”, do RICD, compete a esta Comissão analisar e fiscalizar matérias dos órgãos institucionais de segurança pública. Nessa linha, é com assombro que verificamos o vazamento de dados de operação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no âmbito de um inquérito policial da Polícia Federal (PF): <https://noticias.uol.com.br/colunas/aguirre-talento/2025/03/31/sob-lula-abin-fez-acao-hacker-contr-governo-do-paraguai.htm>.

Assim, requer-se que o Ministro da Justiça e Segurança Pública informe **quais as medidas foram adotadas** para esclarecer gravíssimo fato, identificar e responsabilizar os autores do vazamento, em tese um crime contra a soberania nacional, que prejudica as relações internacionais, inclusive no âmbito da segurança pública, ademais da exposição de servidor da inteligência, colocando em risco sua segurança pessoal e de sua família.

JUSTIFICATIVA

Segundo o teor da matéria citada, o repórter teria recebido, com exclusividade, documentos de um inquérito sobre um *software*, mas, durante as oitivas, uma pessoa (um servidor público) narrou uma operação do governo brasileiro, no âmbito da Abin, para buscar dados para assessorar o Estado sobre a tarifa de Itaipu, no denominado Anexo C do tratado binacional com o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal

Apresentação: 31/03/2025 12:44:56.453 - CSPCCO

REQ n.51/2025

2

Paraguai sobre a usina. Nesses documentos até o nome do servidor da Abin foi fornecido ao jornalista.

Ora, essas operações são comuns entre os países, para assessoramento do chefe de Estado, especialmente em temas de economia e infraestrutura, e, no Brasil, **estão previstas no art. 4º, incisos I a III, da Lei nº9.883, de 7 de dezembro de 1999.**

Normalmente, como parece ser o caso, são dados de caráter ultrassecreto e não poderiam ter tratamento irresponsável e contrário aos interesses do País no campo de um inquérito policial. São dados sensíveis com potencial para afetar as relações internacionais do Brasil, expondo o próprio Estado brasileiro e seus interesses. É realmente assustador que isso, a par de toda a legislação, vá parar de modo desatinado na mídia.

Não se sabe qual o interesse desse vazamento, cabe ao Ministro esclarecer, podendo ser disputas institucionais, como é de notório saber pela mídia, entre os diretores de órgãos envolvidos; ou tentativa de prejudicar o Ministro da Casa Civil, Rui Costa; ou, ainda, em um extremo de irresponsabilidade, expor as relações internacionais brasileiras.

Enfim, **esse vazamento tem enorme capacidade de eventualmente prejudicar, entre outros temas, a segurança pública.** O Paraguai é um importante parceiro no combate à criminalidade, tendo a PF e a própria Abin memorandos de entendimento com seus homólogos paraguaios nesse tema. A própria estrutura da Abin no Paraguai foi instalada depois de mais de 40 anos de negociações, o que agora, num ato insensato, pode ser afetada.

Mais, grave, no âmbito do inquérito de um software, foram feitas apreensões gerais, de computadores com dados secretos e ultrassecretos, sem relação com o objeto da apreensão e que, agora, podem estar sendo utilizados para outros fins. Isso necessita ser aclarado.

Assim, requer-se, por ser medida necessária para esclarecimentos, que o Ministro da Justiça e Segurança Pública informe **quais as medidas foram adotadas** para esclarecer esse gravíssimo fato, identificar e responsabilizar os autores do vazamento, em tese um crime contra a soberania



* C D 2 5 7 7 1 9 7 2 2 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal

nacional, que prejudica as relações internacionais, inclusive no âmbito da
segurança pública, ademais da exposição de servidor da inteligência,
colocando em risco sua segurança pessoal e de sua família.

2

Sala das Sessões, em 31 de março de 2025.

Alberto Fraga
Deputado Federal PL-DF

